

A ZONA RURAL PARA ALÉM DO PAPEL: MATERIALIZANDO O ESPAÇO AGRÍCOLA NO RIO DE JANEIRO (1917-1935)

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.059-001>

Leonardo Soares dos Santos

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, professor de História na mesma universidade e membro do NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – Centro de Estudos Rurais e Urbanos da UFF/Campos)

E-mail: Leonardo_dos@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9434859110436133>

RESUMO

Seria apenas nos anos 1920 que a zona rural então delimitada traria em seu bojo a preocupação de nela fomentar um certo conjunto de atividades e construções para fins agrícolas. É quando toma impulso a ideia de que a zona rural carioca poderia se tornar uma espécie de "celeiro" do então Distrito Federal. A zona rural de caráter agrícola nasce com a implantação do zoneamento como instrumento do poder público para regulamentar o uso do solo. A zona rural aqui já não é um espaço estático, alvo de tributos, mas um território dinâmico, que passava a ser lido e entendido em conjunto com as relações sociais que neles vigorassem, e não como se este fosse algo à parte. Este artigo se dedica a reconstituir esse processo entre 1917 e 1935.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Zona rural; Abastecimento; Agricultura urbana; História local.

1 INTRODUÇÃO

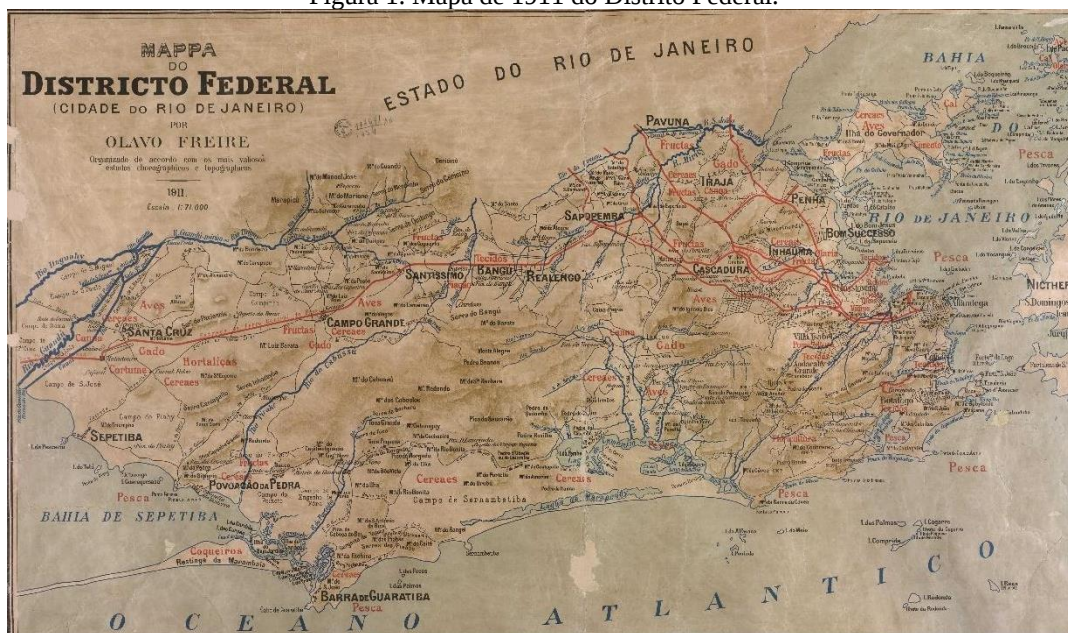
No século XIX, emergiu um debate recorrente acerca da modernização da então capital da República — o Rio de Janeiro. Um desdobramento inesperado desses debates foi a consolidação da ideia de que a cidade deveria ser dividida em três distritos: urbano, suburbano e rural. Uma das razões para tal abordagem era que a divisão do território contribuiria para melhorar a saúde pública, ao afastar do núcleo urbano — onde vivia a maior parte da população — usos e atividades considerados insalubres, como a criação de animais e o cultivo agrícola. Ganhava força a noção de que as áreas rurais, distantes dos centros urbanos, deveriam acolher tais usos. Contudo, essa perspectiva não se alinhava aos interesses dos habitantes do Rio rural.

O debate sobre o papel que essa área deveria desempenhar no desenvolvimento da cidade suscitou disputas significativas e intensificou-se a partir da segunda década do século XX. A questão transcendia meras considerações técnicas, configurando um complexo desafio sociopolítico. Tratava-se de lidar com temas profundamente políticos, que envolviam interesses e ambições concorrentes. Isso se manifestava na

geografia social da cidade por meio dos limites distritais, das zonas de influência política e eleitoral e dos padrões de arrecadação fiscal. Este estudo analisa as propostas concorrentes para a constituição de uma zona rural no antigo Distrito Federal, examinando as distintas funções e potencialidades atribuídas a esse território pelos diversos atores sociais envolvidos no debate.

Em um relatório de 1930 ao Ministério da Agricultura, referente ao melhoramento agrícola no Distrito Federal entre 1927 e 1928, o autor manifestava preocupação com o “estado de abandono” de extensas terras cultiváveis, assinalando sua possível contribuição para o abastecimento alimentar do Rio caso fossem devidamente exploradas. Ampliando essa observação, o autor indicava ainda que essas terras rurais, embora possuísem potencial, haviam se deteriorado em áreas alagadiças, necessitando de recuperação (Pechman, 1985, p. 74). Consequentemente, o relatório evidenciava a necessidade de incentivos à produção, posicionando o desenvolvimento rural como elemento-chave para enfrentar a crise de encarecimento urbano por meio do aprimoramento dos sistemas de abastecimento alimentar. É plausível que os funcionários do Ministério da Agricultura tenham abordado a questão das terras incultas sob uma perspectiva mais ampla do que a mera produtividade agrícola. As evidências disponíveis sugerem que suas preocupações talvez abrangessem considerações econômicas e de governança territorial mais amplas. A terra abandonada, nesse sentido, prejudicava tanto a agricultura quanto a saúde pública do Rio. O saneamento regional era então importante em dois sentidos: constituía um meio de recuperar terras agrícolas e de eliminar os diversos focos de doença que ali se haviam instalado.

Figura 1. Mapa de 1911 do Distrito Federal.



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil

A necessidade de melhorar as freguesias/distritos rurais do município do Rio entrou nos debates da política urbana já nos anos 1900. Seus defensores destacavam as carências da região ao trazer essas questões à tona e ao pressionar pelo reconhecimento oficial de seus problemas sistêmicos. Entretanto, os apelos contemporâneos por melhorias nas áreas agrícolas priorizavam de modo consistente o combate à insalubridade,¹ problema generalizado nessas zonas periféricas. O intendente Fonseca Telles observou de forma notável, em comentários à imprensa sobre a “zona suburbana” — “onde residia predominantemente a classe trabalhadora e onde eram cultivadas as lavouras do Distrito” —, que as taxas de sepultamento figuravam entre suas maiores fontes de receita. Para esse fim, Telles propôs convidar o prefeito a visitar a região, afirmando: “Esta visita beneficiaria significativamente a área. Ao testemunhar pessoalmente as condições, o Chefe do Executivo sem dúvida tomaria providências imediatas — se não para embelezar essas áreas, ao menos para torná-las mais transitáveis e salubres” (Anais do Conselho Municipal, 22 de setembro de 1909, pp. 176-177).

Embora a insalubridade generalizada fosse reconhecida como algo que exigia intervenção governamental, certos atores a percebiam, simultaneamente, como oportunidade para investir capital em uma extensa área do Distrito Federal. O potencial econômico da região era ampliado pelo evidente crescimento demográfico, o que a tornava particularmente atrativa ao capital. Diversos atores privados enquadravam estrategicamente a infraestrutura de saneamento e o desenvolvimento agrícola como iniciativas mutuamente reforçadoras, destinadas a aumentar o valor da região agrícola da República. Essa zona incluía, de modo significativo, a “área suburbana”, em rápido processo de urbanização.²

Amadeu Fajardo, engenheiro civil atento a essas dinâmicas, propôs à legislatura municipal, em outubro de 1911, um projeto para o “uso e gozo de uma linha de bondes elétricos” que “partiria do morro de Santa Thereza, nas proximidades do aqueduto, e terminaria em Sepetiba, com” estradas laterais, eletrificadas e sem trilhos, conectando os distritos de Jacarepaguá, Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz à linha principal — juntamente com os privilégios associados a esse empreendimento. A principal justificativa — e atrativo — do projeto residia em sua dupla promessa: o saneamento simultâneo de terras insalubres e sua conversão em fronteiras agrícolas, explicitamente apresentada como um bem público. Essa transformação ocorreria de uma só vez, enfrentando tanto crises de saúde pública quanto necessidades de produção de alimentos por meio de infraestrutura integrada:

¹ Ao contrário do sentido atual da palavra salubridade, associada a condições de vida degradantes ou precárias, na passagem do século XIX para o XX o termo estava ligado à impossibilidade de viver em determinadas áreas em razão da existência de focos de doença.

² No Brasil, “subúrbio” ou “áreas suburbanas” geralmente se refere a bairros periféricos de baixa renda das grandes cidades, frequentemente carentes de serviços e associados a assentamentos informais, infraestrutura limitada e marginalização socioeconômica, aproximando-se mais do sentido de “periferia urbana” ou “franjas operárias”. O uso brasileiro reflete padrões históricos de desenvolvimento urbano, nos quais o subúrbio surgiu ao longo de linhas ferroviárias e zonas industriais, distinguindo-se dos subúrbios planejados e abastados da América do Norte ou da Europa.

O projeto visava também a um corredor atlântico negligenciado — do Pico da Gávea a Sepetiba — onde a insalubridade e o despovoamento haviam, por muito tempo, dificultado o desenvolvimento agrícola.

Considerando ainda que o empreendimento projetado não apenas completaria o saneamento de uma grande área de terrenos pantanosos, mas também determinaria o povoamento da extensa área servida pelo bonde elétrico e pelas estradas laterais eletrificadas [...] transformando-a em uma zona enriquecida pela pequena lavoura e pela criação de animais, capaz de abastecer os mercados urbanos por meio de transporte eficiente (Anais do Conselho Municipal, 20 de junho de 1911, pp. 176-157).

Além dos interesses capitalistas, numerosos legisladores também pressionavam por melhorias regionais, fundamentando seus apelos na necessidade urgente de combater a insalubridade. Fonseca Telles, por exemplo, demandava intervenção imediata na lagoa de Jacarepaguá, onde águas estagnadas haviam criado um grave foco de paludismo (malária) (Anais do Conselho Municipal, 20 de junho de 1911, p. 401).

Alguns anos depois, a existência de focos insalubres voltaria a ser destacada por Cesário de Mello³ como na região do rio Guandú, reforçando ainda mais como a questão em torno da “miséria das regiões esquecidas, miséria que deprime seu desenvolvimento” impedia o progresso agrícola em uma área amplamente considerada naturalmente apta à lavoura:

Por miséria, refere-se o orador àquela causada pelo morbus que, nessas regiões impaludadas, dizima suas populações já escassas, enquanto aqueles atraídos para ali pela promessa de solo fértil suportam tudo com esforço louvável e desafio.

É urgente, indispensável e imperioso combater sem trégua, nessas áreas promissoras do Distrito, o morbus dizimador e aterrorizante: tais como a uncinariose, a leishmaniose, o paludismo (malária) e as epizootias que devastam o gado (Anais do Conselho Municipal, 2 de julho de 1917, p. 75).

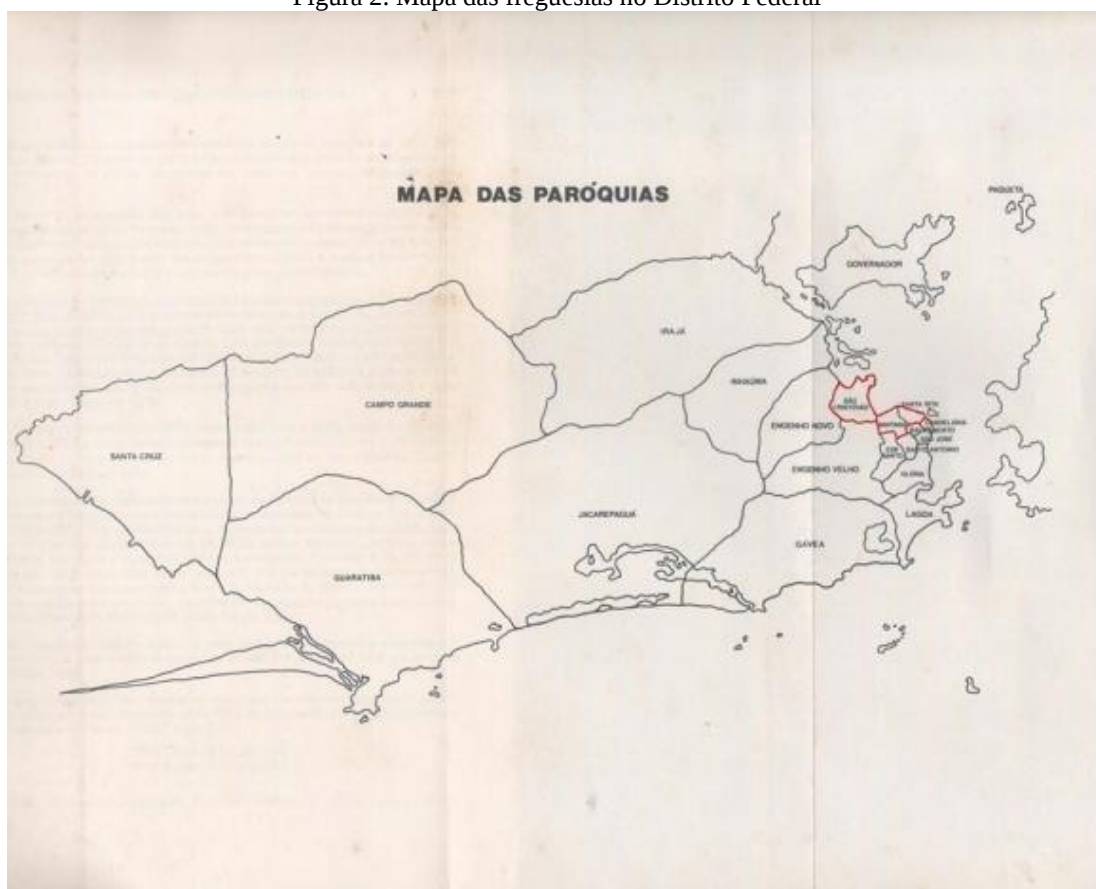
As pressões por saneamento na região tornaram-se tão pronunciadas que, sob a administração do prefeito Amaro Cavalcanti, a Câmara Municipal propôs formalmente à legislatura municipal uma legislação para o “saneamento das zonas suburbanas e rurais”. Um objetivo central incluía “desobstruir e limpar leitos e margens de rios em todo o Distrito, elevar cursos d’água e nivelar e drenar terras adjacentes para possibilitar o cultivo” (Anais do Conselho Municipal, 10 de julho de 1917, p. 228).

Na Mensagem nº 362 ao Conselho Municipal, o prefeito Amaro Cavalcanti delineou sua estratégia para transformar a zona rural do Distrito Federal em grande fornecedora agrícola — aquilo que ele explicitamente denominou “celeiro” da capital:

³ Cesário de Mello era proprietário de terras e médico na região, conhecido por seu papel como liderança política local. Foi eleito vereador duas vezes, em 1924 e 1930, e senador pelo Distrito Federal em 1935.

Incentivar, auxiliar e promover — sem interrupção — o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal deve ser reconhecido, por lei, como uma das obrigações permanentes do governo local. [...] Não se trata de uma empresa a ser realizada de uma só vez. Ninguém espera ver, em apenas um ou dois anos, todo o território do Distrito Federal transformado em um celeiro de gêneros alimentícios ou em um pomar ou jardim produzindo frutos e flores de toda espécie. O que se pretende é iniciar, com fé e perseverança, a obra agrícola do Distrito, lançando — onde for mais apropriado — a boa semente, para que dela brotem plantas selecionadas, capazes de produzir os melhores frutos. Procedamos gradualmente, mas com confiança inabalável no sucesso, desde que sejam empregados os métodos e instrumentos adequados, e não abandonemos o empreendimento no meio do caminho. Se assim agirmos, dentro de cinco ou seis anos, o Distrito Federal terá para sua população um abastecimento alimentar abundante, seguro e de origem local; suas terras atualmente incultas serão grandemente valorizadas pela imensa riqueza que produzirão; e as finanças públicas, por sua vez, verão um aumento progressivo das fontes de receita — fontes que hoje faltam e continuarão a faltar enquanto o destino da riqueza própria do Distrito permanecer negligenciado. (Anais do Conselho Municipal, 7 de setembro de 1917, p. 217)

Figura 2. Mapa das freguesias no Distrito Federal



Fonte: LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

Um dos obstáculos a tal plano era o estado precário da agricultura no próprio Rio, que, segundo ele, “é minguada e pouco desenvolvida, carecendo dos meios para seu avanço”. Essa precariedade decorria das más condições das estradas nas áreas rurais e da prevalência de zonas insalubres.

Depois de considerar que o Governo Municipal não dispunha de capacidade financeira para adquirir “grandes extensões de terra para convertê-las em núcleos agrícolas” (implicando que essa teria sido a

medida mais aconselhável a implementar), Amaro Cavalcanti propôs os seguintes “itens para um programa, ainda que modesto”, que assegurariam “lucros e vantagens” aos meeiros cariocas:

1) Uma escola rural prática [...] 2) Oficinas agrícolas periódicas em diversas localidades, nas quais os agricultores seriam instruídos — em linguagem simples e clara — sobre as melhores técnicas e práticas para diferentes culturas [...] 3) Pequenos mercados locais [...] 4) Facilitação do acesso a sementes, adubos e maquinário [...] 5) Prêmios em dinheiro (variando de um a cinco contos de réis)⁴ para os agricultores que alcançassem os maiores rendimentos em culturas especificadas [...] 6) Melhoramento ou conclusão de obras viárias para vias carroçáveis [...] 7) Revisão das tarifas de transporte [...] 8) Construção de um mercado central [...] 9) Dragagem de rios — servindo tanto como medida de saneamento quanto como meio de tornar as terras adjacentes aptas à lavoura [...] 10) Drenagem imediata dos brejos costeiros de Jacarepaguá, Guaratiba e Irajá, bem como das regiões pantanosas ao longo do Rio da Prata do Mendanha e do Guandu do Sena [...] 11) Uma ferrovia de bitola estreita, estendendo-se da Gávea, através de férteis terras agrícolas costeiras, até Sepetiba [...] 12) Redução de impostos ou taxas [...] 13) Medidas padronizadas para agilizar a exportação de frutas [...] 14) Organização do transporte marítimo ou terrestre para acelerar a distribuição de peixes das vilas costeiras [...] 15) Formalização do registro de terras para todas as propriedades do Distrito Federal. (Anais do Conselho Municipal, 07/09/1917, pp. 218-220)

Amaro Cavalcanti retornaria a essa questão quase um ano depois, em junho de 1918, em nova mensagem ao Conselho Municipal, abordando com maior especificidade o “desenvolvimento agrícola no Distrito Federal”. O então prefeito delineou diversas iniciativas destinadas a transformar as “modestas sugestões” do ano anterior em medidas mais efetivas de apoio às atividades agrícolas municipais. Uma dessas iniciativas foi a criação da Superintendência dos Serviços Municipais da Lavoura do Distrito Federal, por meio do Decreto Legislativo nº 1.183, de 3 de janeiro de 1918. Esse órgão, além do superintendente, incluía quatro “instrutores-agrônomo”. A principal função desse corpo era oferecer orientação e aconselhamento agrícola aos pequenos lavradores de “toda a zona rural do Distrito Federal”. Inicialmente, esses instrutores foram designados para quatro postos:

Posto nº 1 - Irajá, que abrangia Inhaúma, Engenho Novo, Méier e as Ilhas, com sede no “Campo de Demonstração” em Deodoro;
Posto nº 2 - Jacarepaguá, que incluía Tijuca e Gávea, sediado na Taquara;
Posto nº 3 - Campo Grande, que incluía parte de Santa Cruz, com sede em Campo Grande;
Posto nº 4 - Guaratiba, que abrangia outra porção de Santa Cruz, sediado na Fazenda do Sacco.

Questões como reparos de máquinas, manejo de sementes e problemas como a “praga dos formigueiros” (“O número de formigueiros extintos já não é pequeno: ultrapassa 400”), enxertia de plantas e adestramento de animais figuravam entre os temas mais frequentemente tratados pelos instrutores no atendimento aos pequenos agricultores cariocas⁵. Contudo, a iniciativa enfrentava desafios operacionais

⁴ Contos de réis era a unidade numérica mais elevada da primeira moeda brasileira, o réis, utilizada desde o período colonial, no século XVI, até 1942.

⁵ Carioca (em português: [kari'okɐ]) refere-se a uma pessoa natural ou residente da cidade do Rio de Janeiro, metrópole costeira do Brasil, como em “cultura carioca”.

significativos devido a vários fatores combinados. O principal deles era o quadro técnico severamente limitado, com apenas um instrutor designado para cada posto agrícola. Isso significava que meros quatro instrutores eram responsáveis por atender toda a zona rural do Rio, uma área que abrangia quase dois terços do território municipal. Como o próprio Amaro Cavalcanti lamentava: “O número de instrutores é insuficiente para atender convenientemente às solicitações de várias localidades, frequentemente muito distantes”. Outra reclamação dizia respeito ao fornecimento limitado de equipamentos agrícolas (Anais do Conselho Municipal, 18 de junho de 1918, p. 26). O trecho a seguir oferece um quadro claro dos desafios operacionais da Superintendência Agrícola. O relato revela tanto aspectos funcionais quanto queixas relativas a condições de trabalho inadequadas:

[...] salvo aumentando-se o número atual de instrutores, torna-se necessário prover-lhes um auxiliar prático de categoria intermediária entre o instrutor e o trabalhador — alguém que possua qualificações um pouco maiores que as deste último, com mais competência e conhecimento, de modo a melhor auxiliar e, em certos casos, até substituir os instrutores em seus deveres e tarefas de fiscalização.

Uma vez devidamente organizados e adequadamente equipados os postos, os instrutores deverão ser obrigados a ministrar lições práticas de agricultura em locais determinados, em dias e horários fixos a cada semana, permitindo assim que a população circundante se torne mais capacitada para as exigências de sua indústria.

Os serviços atualmente prestados nos postos têm consistido principalmente em: montagem de máquinas agrícolas e instrução sobre sua operação; demonstração de sua utilidade e finalidades; adestramento de animais para o trabalho com máquinas; orientação sobre a seleção e utilização adequada das terras; enxertia de plantas; e, com maior frequência, realização de trabalhos de extinção de formigueiros.

[...] Parece altamente vantajoso que cada posto mantenha viveiros dedicados ao cultivo de plantas úteis para distribuição aos agricultores — gratuitamente ou a custo mínimo quando fornecidas em grandes quantidades (Ibid.).

Entretanto, a limitação mais lamentada por Amaro Cavalcanti, em vista da falta de recursos da Superintendência Agrícola, dizia respeito às obras de “drenagem dos pântanos e dragagem dos rios do Distrito Federal”. Segundo o prefeito:

A limpeza dos rios e a drenagem dos campos são medidas necessárias, cujo cumprimento complementa aquelas já mencionadas: pois somente assim cessará a estagnação pantanosa das águas — estagnação que, quando não traz a morte, impõe uma degradação lenta e corrosiva à vitalidade do trabalhador rural e de seus descendentes.

O saneamento permaneceria um problema significativo para a região nos anos seguintes. Em julho de 1919, a Gazeta Suburbana lamentava o fato de Tijuca, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Sepetiba, Irajá e Inhaúma serem “localidades cujo progresso [era] mais impedido pelas várias doenças que debilitam ou matam suas populações”. A reportagem detalhava ainda os fatores que contribuíam para essa situação:

[...] o consumo de água de poço, a absoluta falta de sistemas de esgotamento para matérias fecais, a escassez de assistência médica, a presença de numerosos pântanos e, por fim, a dificuldade de transporte para aqueles que precisavam alcançar os postos profiláticos mais próximos.

Rezult (sic): o despovoamento daquela localidade e a perda de energias vitais que muito poderiam beneficiar a coletividade” (Gazeta Suburbana, 12 de julho de 1919, p. 2).

Um dos políticos locais mais notórios, Cesário de Mello, descreveu Santa Cruz como uma região que via “diminuído o coeficiente de natalidade e aumentados os de mortalidade e natimortalidade”:

A pandemia de influenza dos anos passados ainda responde pelo peso da mortalidade. Não se pode negar que, da imprevidência do Estado ao permitir que a população se adense em ambiente endêmico — por meio de estagnação e poluição permanentes, sem habitação higiênica e serviços de assistência pública — decorre quase todo o efeito nocivo a que acabo de aludir (Anais do Conselho Municipal, 13 de junho de 1923, p. 164).

O saneamento das terras rurais tornava-se cada vez mais o maior desafio da região. Promover a agricultura, como política ampla e de massas pelas autoridades públicas, era visto como instrumento importante para melhorar a área. No contexto do Rio de Janeiro, a atividade agrícola possuía caráter saneador. O projeto apresentado por Cesário de Mello à mesa executiva do Conselho Municipal sintetiza perfeitamente essa concepção:

Que sejam tomadas providências junto aos Excelentíssimos Ministros da Agricultura, da Viação e dos Negócios Interiores para estabelecer um acordo com o Governo Federal, a fim de intensificar: o cultivo, o aproveitamento dos campos, as obras de retificação, os serviços de drenagem [sic] e dragagem, e a sistematização do abastecimento de água — de modo que, tanto quanto possível, a dessecação e o suprimento para tratamento higiênico dos efluentes domiciliares se mostrem eficientes, impedindo assim a transmissão a seres humanos e animais, direta ou indiretamente, por meio de insetos e parasitas que se desenvolvem ativa e incessantemente em ambientes estagnados, lamacentos e poluídos, mantendo condições endêmicas” (Ibid.).

2 REPENSANDO A IDENTIDADE DESENVOLVIMENTISTA DA ZONA RURAL

Os “recursos parcos” não eram o único problema que dificultava a implementação de medidas de saneamento. Já em 1918, Amaro Cavalcanti destacava uma questão que praticamente nenhum outro ator político mencionava ao discutir o melhoramento agrícola da zona rural do Distrito Federal: a questão da propriedade da terra — e, relacionada a ela, a tendência de muitos “proprietários” à especulação fundiária. Ele havia observado, já em 1918, que as melhorias realizadas pelas autoridades públicas na zona rural, em vez de beneficiar a agricultura e os pequenos agricultores, poderiam servir a fins muito distintos:

A maior parte das terras por onde correm os rios a serem desobstruídos é de propriedade privada, adquirida talvez por preços mínimos, mas cujos proprietários permanecem à espera de que as autoridades públicas realizem melhorias, gastando grandes somas para aumentar seu valor — sendo os resultados então colhidos por aqueles que não tiveram preocupação alguma com o bem público, nem contribuíram para seu saneamento.

A administração deve, portanto, ser dotada dos meios necessários para resolver essa questão, tendo em vista o bem-estar geral — isto é, transformando produtivamente regiões insalubres em campos férteis e produtivos.

Para esse fim, deve ser munida de leis sabiamente adotadas que: ou imponham aos proprietários dessas terras, sob severas penalidades, a obrigação de empreender prontamente seu saneamento, permitindo-lhes colher eles próprios os benefícios resultantes; ou concedam às autoridades públicas o direito de desapropriá-las e, uma vez saneadas, dividi-las em lotes rurais a serem arrendados a particulares por períodos suficientes para que possam se beneficiar das plantações e de outras benfeitorias nelas realizadas.

Estou convencido de que essa seria uma forma prática de resolver problema tão importante, proporcionando compensação real para os vultosos dispêndios que se revelarão indispensáveis” (Anais do Conselho Municipal, 20 de julho de 1918, p. 164).

Além de recursos financeiros, o Município precisava de instrumentos legais para impedir que as terras rurais servissem a propósitos menos nobres. É crucial observar que, para Amaro Cavalcanti e numerosos sanitaristas, as medidas destinadas a promover a salubridade da região carregavam fortes conotações moralizadoras. Acreditavam que o ambiente perigoso (especialmente as doenças endêmicas) gerava indolência entre os habitantes rurais, ao mesmo tempo que era por ela reforçado. A noção de saneamento era simultaneamente biológica e moral. Nesse mesmo pronunciamento, o prefeito enfatizava que:

Outro grave mal a ser vigorosamente combatido, à semelhança da insalubridade dos campos, é o consumo desordenado de álcool por inúmeros indivíduos das classes baixas que habitam essas áreas. Aqueles que percorrem os diversos caminhos e estradas que atravessam as zonas rurais encontram, em cada encruzilhada, uma pequena venda. Esses estabelecimentos, que deveriam principalmente facilitar a distribuição de alimentos e saciar a sede dos viajantes, são, em vez disso, quase exclusivamente veículos de propagação e distribuição do álcool em sua forma mais nociva e repugnante: a cachaça. O trabalhador do campo, vivendo em terras pantanosas e vitimado pelas piores doenças endêmicas locais características da região, frequentemente busca recreação ou passatempo em conversas sob a cobertura da venda, onde ingere repetidamente o veneno que inevitavelmente minará sua constituição — muitas vezes já enfraquecida pela exposição prolongada a campos insalubres ou pestilentos. [...] É o uso habitual do álcool que produz principalmente aquela indolência característica ou falta de dedicação ao trabalho observada em grande parte do proletariado rural. Ganham pouco porque trabalham poucos dias, e, ainda assim, a maior parte de seus magros salários é invariavelmente gasta na aquisição de álcool, cujo consumo os torna cada vez mais indolentes” (Ibid.).

Essa visão da população rural encontrou eco na própria imprensa carioca. A *Gazeta Suburbana* analisava o seguinte em 24 de janeiro de 1920:

A lavoura precisa de braços. E a polícia deve cumprir seu dever. Por que dizemos isso? Porque não podemos tolerar tantos indivíduos (quase todos de aparente robustez) passando dias inteiros em vendas e botequins suburbanos — ociosos e definhando pelo consumo de cachaça — sem poderem justificar honestamente o dinheiro que financia seus hábitos, quando poderiam empregar suas energias no trabalho agrícola. Se a polícia quisesse, esses indivíduos poderiam ser bem aproveitados. Isso constituiria um excelente serviço tanto à questão social quanto à nação” (*Gazeta Suburbana*, 24 de janeiro de 1920, p. 2).

Assim, desde o início do século XX, propostas de educação agrícola eram regularmente disseminadas na imprensa e nos órgãos de associações de classe. No então Distrito Federal, seu principal promotor seria a Sociedade Nacional de Agricultura, por meio de sua revista *A Lavoura* (janeiro de 1910, p. 23). Em certa medida, ela acabaria por obter êxito na criação de escolas rurais. A rede municipal de ensino, que se expandira ao menos desde a administração de Sezerdelo Correa (setembro de 1909 – novembro de 1910), alcançou a zona rural no início dos anos 1920. Teve início, assim, a iniciativa das Escolas Rurais, “que visava oferecer uma educação adequada às peculiaridades locais”. Sua reconstrução começou entre 1922 e 1926. A primeira delas seria a Escola Rural Alberto Torres, localizada em Santíssimo, à margem da estrada real de Santa Cruz (Froes; Gelabert, 2004, p. 192). Atuando pouco antes do Governo Municipal, a administração federal sob o Marechal Hermes criou a Escola Técnica Visconde de Mauá, na Vila Proletária, onde também eram ministrados cursos agrícolas (Oliveira, 2004, p. 2).

Além disso, o Governo Municipal já demonstrara interesse em estabelecer instituições de ensino rural na região desde a década de 1910. Em 10 de julho de 1917, o intendente Cesário de Mello apresentou o Projeto nº 6, autorizando o prefeito “a criar, na zona rural, um aprendizado agrícola, nas condições que estabelece, e a tomar outras providências”. No texto introdutório do projeto, o autor não apenas evidencia um enquadramento fundamentado na noção de educação agrícola como instrumento de redenção das classes “desfavorecidas” (Mendonça, 1998, p. 15), como também destaca a questão premente, naquele momento, de aumentar a produtividade agrícola da região para aliviar a crise de abastecimento da cidade:

Considerando que o conhecimento necessário para dirigir adequadamente o trabalho no campo deve ser disseminado entre diferentes classes sociais; Considerando que, por meio desses conhecimentos — pela aplicação de princípios racionais de cultivo e métodos comprovados pela experiência —, pode-se aumentar significativamente a produção (Ibid.).

Essas preocupações moldariam projetos e ações governamentais subsequentes, demonstrando que, na prática, a zona rural não era inteiramente uma “região esquecida” ou “desprovida de significado” para as autoridades públicas, apesar de essa ser a percepção predominante da área. As consequências desencadeadas pela implementação de alguns desses projetos, particularmente no que se refere à agricultura e ao saneamento rural, levariam a profundas transformações na zona rural a partir dos anos 1930.

Além de melhorar as condições sanitárias da região, transformar a zona rural em “celeiro da capital” também atendia a outra demanda crucial: a própria necessidade de abastecimento alimentar da cidade.

Com a Primeira Guerra Mundial e o aumento do preço dos combustíveis, o frete dos gêneros alimentícios importados pelo Rio de Janeiro aumentou significativamente. Esse aumento repercutiria no preço final dos produtos e pesaria no bolso dos consumidores, particularmente da massa de assalariados urbanos. Contudo, antes disso, o abastecimento da cidade já constituía um problema. Em seu estudo sobre

a implantação da Fábrica Bangu no final do século anterior, Luciana Cunha Oliveira (2006, p. 49) observa que a administração da fábrica construiu o moinho Santo Antônio, em 1900, para facilitar o fornecimento de bens às famílias dos trabalhadores. A autora atribui essa iniciativa ao custo da alimentação dos trabalhadores no Rio de Janeiro, o mais elevado naquele período em razão do aumento populacional na capital federal e da retração da região agrícola. Essa foi a fórmula encontrada pela Fábrica Bangu para amenizar o problema (Idem). Além do moinho, Luciana Oliveira assinala que a estratégia da Fábrica também envolvia a criação de condições para que os trabalhadores garantissem sua própria subsistência, ponto destacado pelo senhor Diocleciano Machado em artigo de um trabalhador:

Em Bangu eles nos fizeram viver juntos, a fábrica nos deu um terreno e madeira para construir a casa. Ninguém na minha família havia trabalhado em fábricas antes. Os homens da Companhia nos permitiam plantar e criar alguns animais, porcos e galinhas, por isso havia muitos ranchos. Alguns plantavam cana-de-açúcar e a vendiam ao moinho. (Oliveira, 2006, p. 51)

O papel do quintal na produção de subsistência para os “trabalhadores” também é lembrado por Everardo Backheuser:

O quintal nas casas operárias é, especialmente se não houver jardim, uma das áreas mais importantes; é onde se lavam as roupas da casa e de uso externo, porque o uso de lavanderias públicas infelizmente não é difundido entre nós, como gostaríamos que fosse; é onde as crianças brincam, pois, de outro modo, estariam na rua; é onde se localiza o galinheiro. (Backheuser, 1906, p. 24)

Backheuser defende a ideia de que uma das poucas coisas que poderiam levar os “operários” a se fixarem nas áreas suburbanas no início do século XX era a possibilidade de cultivar suas próprias hortaliças, bem como o “ar puro” e o preço “mais acessível” da terra, deixando de lado, contudo, os elevados custos de transporte (uma vez que grande parte trabalhava nas áreas urbanas). Nesse sentido, o problema do abastecimento alimentar estava longe de ser uma questão menor naquele Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX⁶. Não surpreende que a questão do alto custo dos alimentos aparecesse de modo recorrente em muitos protestos de grupos e partidos operários da cidade. Contudo, a crise de abastecimento não prejudicava apenas os trabalhadores. Um detalhe importante se acrescenta: os trabalhadores do antigo Distrito Federal, especialmente no setor fabril, eram os mais bem pagos do país. Segundo o historiador, “a principal razão para a taxa salarial mais elevada no Rio era o alto custo de alimentação da força de trabalho na região, devido à falta de agricultura local e à situação agrícola precária na região fluminense” (Linhares; Teixeira, 1979, p. 20).

⁶ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos recordam que, em 1918, foi criada a Comissão de Alimentação Pública, “o primeiro órgão a marcar a intervenção do Estado no problema do abastecimento”. A autora também menciona que essa Comissão surgiu em meio a “uma aguda crise social, marcada por movimentos populares e operários que chegavam a questionar a autoridade do Estado” (1979, p. 20).

Outras repercussões dessa característica da cidade ainda eram evidentes em meados da década de 1910. Alfredo César, em estudo sobre a Vila Proletária (hoje conhecida como Marechal Hermes), em 1914, destaca que várias das residências projetadas para essa Vila foram feitas para a ocupação de “lavradores”. O autor deduz que havia, por parte do Governo Federal, “uma preocupação em tornar a Vila Proletária autossuficiente em gêneros de necessidade” (Oliveira, 2004, p. 2).

Ciente desse problema, o governo municipal, por meio de alguns de seus prefeitos, adotaria certas medidas. Em uma cidade com considerável grau de mobilização entre a classe trabalhadora, a hipótese de que essa classe teria de lidar, em seu cotidiano, com o grande aumento do valor dos alimentos causava ao menos alguma preocupação entre as autoridades públicas. As anotações pessoais feitas pelo prefeito Amaro Cavalcanti (1917) sobre o tema ajudam a compreender a extensão dessa preocupação. Elas foram encontradas por mim durante pesquisa realizada no início de 2007 nos fundos do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro. Essa compilação, embora não muito extensa, revela um pouco da compreensão das autoridades públicas não apenas sobre a questão do abastecimento em si, mas também sobre suas implicações políticas e sociais. Um dos recortes [de jornal] guardados pelo prefeito contém um artigo sobre “O barateamento do abastecimento alimentar do Uruguai”. O texto do artigo traz a seguinte informação: “o Governo está estudando um projeto de lei proibindo esse gênero alimentício, chegando a requisitá-lo em casos graves, mediante pagamento” (Cavalcanti, 1917).

Anexa ao artigo há uma nota pessoal do prefeito, que parece ser o rascunho de um discurso que ele faria. Aqui, em vez de tratar de como esse tipo de decisão seria tomada na cidade, Amaro comenta as repercussões políticas que tal assunto poderia ter sobre a população:

Não há causa real para que a população, em sua maioria trabalhadores e classes mais necessitadas, seja conduzida pelas sugestões malévolas daqueles que procuram perturbar a ordem sob o pretexto de escassez de gêneros alimentícios básicos. Não se desconhece o alto custo dos gêneros alimentícios nos dias atuais. Mas a situação está sendo acompanhada pelo Prefeito e permanece a mesma, seja em termos de quantidades, seja de preços, respectivamente. E tanto o Sr. Presidente da República quanto a Prefeitura permanecem vigilantes a esse respeito, adotando diariamente as medidas aconselhadas pela prudência e pela prevenção (Cavalcanti, 1917).

Mais adiante, certamente inspirado pelo exemplo uruguaio, Amaro Cavalcanti assinalava possíveis medidas para restabelecer um abastecimento adequado de bens. A situação de guerra — ainda estávamos em 1917 —, em que certas iniciativas eram permitidas, poderia ter justificado algumas medidas. Contudo, outro elemento contribuiu para tornar o período muito mais tenso. O ano de 1917 marcou o auge das greves organizadas pelo movimento operário sob hegemonia anarquista. Isso se reflete nas considerações de Amaro Cavalcanti, como veremos:

Infelizmente, se essa esperança viesse a revelar-se um mau presságio, as autoridades públicas ainda disporiam da medida extraordinária de fixar o preço máximo de varejo e atacado dos gêneros essenciais ou vendê-los diretamente à população, para que sua sorte não ficasse à mercê da ganância especulativa. O que é necessário é que cada um se previna contra as insinuações de indivíduos, de modo algum bem-intencionados, que, sob o pretexto do bem dos trabalhadores [a parte prejudicada], — o que realmente querem — é a desgraça comum de todos (Cavalcanti, 1917).

A administração da Prefeitura de Azevedo Sodré já vinha experimentando medidas mais concretas um ano antes, como o Decreto nº 1.126, de 20 de novembro de 1916, que autorizava a instalação de feiras livres nas zonas urbana e suburbana.

De fato, o governo de Amaro Cavalcanti⁷ introduziu duas novas prioridades na agenda da administração municipal: o abastecimento da capital e a melhoria dos transportes, bem como da produção agrícola, nas áreas suburbanas e rurais. Esta é a primeira (e breve) vez em que um prefeito demonstrou disposição de investir mais nessas regiões do que nas áreas urbanas. Para esse fim, o magistrado potiguar enfatizou o atendimento das demandas nas áreas suburbanas e rurais, assim como o enfrentamento do problema do abastecimento da cidade, o incentivo à lavoura e à produção artesanal e a recuperação de estradas para facilitar o escoamento dessa produção (Pinto, 2008, p. 158). O urbanista José Reis observa os grandes esforços de Amaro para melhorar as vias de comunicação entre o distrito urbano e os distritos rural e suburbano; e esse foi o principal foco de sua administração: “com recursos escassos, grandes trechos de estradas locais foram melhorados, trazendo benefícios reais aos moradores da zona norte e, sobretudo, aos do sertão carioca, como era chamada a área de Campo Grande e Santa Cruz” (Reis, 1977, p. 65).

Ocasionalmente, a ideia de estabelecer colônias agrícolas nas áreas rurais reaparecia. Tratava-se de um empreendimento enormemente custoso, mas a pressão para assegurar um abastecimento alimentar estável continuava a crescer. Paulo de Frontin voltaria a assinalar sua intenção de comprar “fazendas antigas” localizadas nas zonas rurais para estabelecer essas colônias. Ao comentar a proposta do então prefeito, a Gazeta Suburbana deixou claro que o problema do consumo alimentar da população carioca era questão fundamental para as melhorias na região:

⁷ Amaro Cavalcanti (Amaro Cavalcanti Soares de Brito, 1851-1922) nasceu no município de Caicó, na região do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte. Formou-se em Direito pela Albany Law School, em Nova York, Estados Unidos, e foi prefeito do Distrito Federal entre 12 de janeiro e 15 de novembro de 1917.

A existência dessas colônias, que poderiam constituir magníficos centros de produção de pequenas culturas, aves e pequenos animais, traria grandes benefícios em termos de abastecimento abundante aos pequenos mercados existentes ou futuros em todas as partes mais povoadas desta capital, bem como o barateamento de todos esses produtos, que é o único modo de remediar a crise causada pela falta de transporte, causa do alto custo de vida. Bem cultivadas, essas fazendas poderiam ser fonte de renda que mais que compensaria as despesas incorridas pela Prefeitura ao transformá-las em colônias agrícolas, se não fossem retalhadas e concedidas em caráter precário àqueles que quisessem colonizá-las sob a condição de levarem sua produção aos mercados municipais e vendê-la pelos preços fixados pela Prefeitura. Algumas dessas fazendas têm localização litorânea. Isso significaria que a indústria da piscicultura poderia ser implantada nessas terras, o que também seria de grande interesse para os consumidores, pois peixes, camarões etc. chegariam ao menor preço possível. Este problema é um dos mais importantes e exige pronta solução (Gazeta Suburbana, 12 de julho de 1919, p. 2).

Sob a administração de Carlos Sampaio, foi editado o Decreto nº 2.392, em 12 de janeiro de 1921, cujo artigo 5º estabelecia:

Para custear a reforma dos serviços de abastecimento de carne, bem como outras melhorias e novos projetos, fica o Prefeito autorizado a contrair empréstimo externo ou interno até a soma de 60.000 contos de réis, podendo ser aumentado por montante igual ao valor dos empréstimos atuais resgatados, calculando-se a igualdade pela equivalência do serviço de juros, destinando-se a quantia de 10.000 contos a serviços e melhoramentos nos distritos municipais de Espírito Santo, São Christovão, Engenho Velho, Andarahy, Tijuca, Engenho Novo, Méier, Inhaúma, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba (Sampaio, 1921).

No ano seguinte, a situação toma um rumo inesperado. Aquilo que Amaro Cavalcanti havia apontado como possibilidade drástica, mas necessária, acabou sendo implementado por Carlos Sampaio por meio do Decreto nº 2.274, de 29 de setembro de 1922. Por um lado, a justificativa de Amaro Cavalcanti repousava nas dificuldades causadas pela Primeira Guerra Mundial e na “agitação malévola” provocada — segundo ele — pelos líderes operários. Por outro lado, o apoio de Carlos Sampaio a tal medida baseava-se na ocasião das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, realizadas na capital nacional (Motta, 1992)⁸. Em sua opinião, bastaria que ele fosse autorizado por decreto “a praticar os atos que julgar necessários para assegurar o abastecimento regular de gêneros de primeira necessidade à população do Distrito Federal por ocasião das festas do centenário e dá outras providências” (ACM, 29 de setembro de 1922, p. 636).

Duas medidas muito importantes para melhorar a produção de alimentos na capital também foram enfatizadas, ambas com grandes repercussões no esforço de afirmar o papel da zona rural como espaço de produção agrícola. Essas medidas antecipam em mais de uma década as intenções contidas nas normas urbanísticas de 1935 e 1937.

⁸ Ver também CAULFIELD (2000).

O Projeto nº 263, por exemplo, autorizava “o Prefeito a transformar a fazenda Sacco de Guaratiba em colônia agrícola e fazenda de criação” (ACM, 14 de dezembro de 1920, p. 149)⁹. Com a aprovação desse projeto, nasceu a Fazenda Modelo de Guaratiba, que ainda existe atualmente. A decisão da Prefeitura, em 1924, por meio do Projeto de Lei nº 154, de “promover a colonização da zona rural do Distrito Federal” e a “organização de cooperativas de produção de alimentos” foi outra medida importante. Por meio desse projeto, a Prefeitura poderia até criar um “Banco Hypothecario Municipal” para viabilizar a mobilização de crédito destinada à implementação de planos de colonização, envolvendo a compra de máquinas, ferramentas, sementes, construção de escolas e melhorias etc. (ACM, 19 de dezembro de 1924, p. 274).

De fato, toda a crise em torno da questão do abastecimento, com todas as suas repercussões políticas, foi em grande medida estimulada pelo surto industrial vivido pelo país e, especificamente, pela cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o próprio crescimento populacional constituía fator decisivo nesse cenário. No que se refere ao crescimento em curso no Rio, havia ainda um elemento complicador adicional a ser administrado pelas autoridades públicas. A maioria da população incorporada à cidade desde a última década do século XIX era composta por imigrantes portugueses¹⁰. Gladys S. Ribeiro relata que a presença portuguesa na cidade foi significativa entre 1890 e 1930. No primeiro desses anos, por exemplo, havia 106.461 portugueses no Rio, dos quais 77.954 eram homens e 28.507 eram mulheres. Os homens constituíam 50% da população estrangeira e as mulheres 18%. Segundo Gladys, 68% dos estrangeiros eram homens e mulheres (Ribeiro, 1994).

Um crescimento dessa natureza revelou às autoridades públicas a importância de consolidar fontes confiáveis de bens para abastecer a população da capital do país. O campo carioca passou a ser visto como uma dessas fontes. Significativamente, a partir dos anos 1920, várias das melhorias planejadas para essa região incluíam a questão do abastecimento da cidade como uma das justificativas de sua relevância.

⁹ Naquele momento, também estava sendo criada a Colônia Juliano Moreira. À época, era conhecida como Colônia de Psicopatas Homens de Jacarepaguá. O objetivo dessa colônia era abrigar a Colônia de Homens de São Bento, localizada na Ilha do Governador e construída em 1890.

¹⁰ Manolo Florentino e Cacilda Machado apontam que, dos 5.600 estrangeiros que chegaram ao Brasil entre 1820 e 1972, um terço eram portugueses, em comparação com 29% de italianos e 13% de espanhóis. Ver “Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX”, In: *Portuguese Studies Review*, Trent-Canadá, v. 10, n. 1, 2002, p. 1. Outra leitura essencial sobre o tema é LOBO (2001).

Figura 3. Os espaços verdes de Jacarepaguá no início dos anos 1950.



Fonte: Observador Econômico, abril de 1951, n. 183, p. 58.

Ao justificar o projeto de construção de uma ponte ligando a costa à Barra de Guaratiba, os legisladores enfatizaram o apelo da área afetada pelo projeto:

É um verdadeiro refúgio, um lugar que pode ser utilizado como um dos pontos mais atraentes de nossa costa em razão de sua temperatura amena, beleza natural e outras características essenciais, como as modestas condições de vida inerentes a uma localidade com recursos próprios provenientes da pesca e da lavoura. O objetivo da construção da ponte, além disso, é facilitar a exploração da restinga, que possui [...] uma grande contribuição de um apreciável suprimento de produtos agrícolas e pesqueiros para a população desta capital (Anais do Conselho Municipal, 4 de outubro de 1927, p. 39).

Em agosto de 1928, uma das principais justificativas para o serviço ferroviário planejado pelo Conselho Municipal entre Irajá e Guaratiba era o fato de se tratar de uma “zona produtora”, com “coeficiente razoável de abastecimento” (Annaes do Conselho Municipal, 4 de novembro de 1928, p. 57).

Quando solicitado a emitir parecer sobre o Projeto de Transporte Urbano de Alta Velocidade do engenheiro Raymundo Pereira da Silva, em 1929, o então diretor do Plano de Remodelação do Rio de Janeiro, Alfred Agache, formulou as razões de sua aprovação nos seguintes termos:

- 1º - O projeto resolve preliminarmente o problema do transporte urbano e suburbano em conjunto.
- 2º - Enquadra-se perfeitamente no plano geral de remodelação da cidade e de sua extensão, realizado sob minha direção.
- 3º - Corresponde, por um lado, à necessidade urgente de aliviar os congestionamentos na parte central da cidade e, por outro, proporciona comunicação rápida com o centro, os subúrbios e uma das melhores partes da zona rural.
- 4º - Facilita o abastecimento da cidade com os produtos da pequena lavoura e, ao mesmo tempo, possibilita a construção de vilas operárias e edifícios residenciais em melhores condições de economia, higiene e conforto (Anais do Conselho Municipal, 2 de dezembro de 1929, p. 1396).

3 PARA ALÉM DO RURAL: SUPERANDO O PREDOMÍNIO AGRÍCOLA

As zonas rurais não eram concebidas apenas como núcleos de promoção agrícola. Ao contrário, também eram vistas como alvos estratégicos para investimentos não agrícolas e como espaços propícios à expansão de atividades e dinâmicas urbanas.

Figura 4. Reportagem jornalística sobre a Fazenda Modelo nos anos 1940.



Fonte: O Campo, julho de 1943, p. 17

Em outubro de 1921, um projeto apresentado ao Conselho Municipal buscava incentivar, por meio de concessões especiais, a construção de “casas para habitação particular nas zonas suburbanas e rurais”.

Embora nunca aprovado, o projeto constitui indicação reveladora de que, à semelhança dos subúrbios, o campo já era havia muito percebido como espaço viável para a expansão residencial.

Isso não implica, contudo, que as funções rurais e urbanas fossem vistas como mutuamente excludentes. Ao contrário, a iniciativa reflete uma intenção subjacente de conformar a região como território híbrido, no qual usos urbanos e rurais da terra poderiam coexistir. Diversos projetos de melhoria do campo, promovidos tanto pelas autoridades públicas quanto por atores privados, reforçaram essa conexão, borrando ainda mais as fronteiras entre desenvolvimento urbano e rural.

A ponte a ser construída em 1927, ligando a costa à Barra de Guaratiba, destacava — além de seus benefícios para a pequena lavoura local — que “devido às condições especiais em que se encontra a restinga, ela pode também, desde que haja comunicações fáceis por meio da ponte, ser utilizada para a instalação de estabelecimentos industriais, cuja localização não convém nos centros povoados da cidade”. O projeto sublinhava ainda outro aspecto que seria posteriormente intensamente explorado pelo mercado imobiliário a partir do final dos anos 1940 — a construção de casas de veraneio:

O local é um dos mais desejáveis para retiros recreativos ou de lazer, particularmente durante a época de maior tranquilidade, e seu desenvolvimento — resultante da via de ligação proposta — contribuirá para uma utilização mais ampla e valiosa das zonas de Guaratiba e Campo Grande, em razão de um previsível efeito de irradiação (Anais do Conselho Municipal, 3 de outubro de 1927, p. 49).

Anos mais tarde, em agosto de 1935, o deputado Romero Zander apresentou requerimento para a criação de linhas de ônibus ligando Campo Grande ao Rio da Prata. Justificou a criação desse serviço público urbano da seguinte maneira:

Localidade próspera e densamente povoada, essa rica área, de terras extremamente férteis, destaca-se como uma das principais zonas do Distrito Federal para a citricultura, a horticultura e extensas plantações de mamão. Servida apenas por um ramal da Companhia de Bondes de Campo Grande, cabe notar que os moradores efetivamente carecem de transporte adequado, em razão da completa deterioração da empresa em insegurança, irregularidade e desconforto. A boa-fé da administração ao apoiar o empreendimento com subsídios razoáveis revelou-se inteiramente inútil (Anais do Conselho Municipal, 26 de agosto de 1935, p. 448).

Alguns projetos de construção tinham o claro interesse de favorecer a pequena lavoura. Um exemplo é o projeto de Ernani Cardoso para o reconhecimento oficial das estradas da Bocca do Matto e da Fazenda:

A Estrada da Fazenda é uma das mais antigas da zona rural, penetra no coração de uma das regiões mais férteis e está ligada a numerosos caminhos que percorrem toda a região montanhosa. A estrada da Bocca do Matto atravessa toda a região de mesmo nome. Trata-se de uma área habitada inteiramente por agricultores, que lutam contra as más estradas (Anais do Conselho Municipal, 17 de setembro de 1935, p. 238).

Todavia, à medida que os anos avançavam, podia-se observar o surgimento de projetos que enfatizavam o caráter não agrícola dos empreendimentos na zona rural. Em julho de 1927, por exemplo, Paulo da Cunha e Silva e José Joaquim Galvão solicitaram ao Conselho Municipal autorização para operar um “serviço de bondes a motor” para transporte de passageiros e cargas, a ser estabelecido “entre Madureira, a freguesia de Irajá e Guaratiba”. Como “extensão da concessão”, foi concedido aos requerentes do referido empreendimento:

“O direito de uso e gozo de uma área medindo 5 quilômetros de frente por 1 quilômetro de profundidade, pelo prazo de cinquenta anos, para uma Vila Balneária que se obrigavam a construir dentro de três anos a contar da data da concessão — pela Barra de Guaratiba ou no local chamado Pontual — conforme o local que oferecesse melhores condições de adaptação e abastecimento, de acordo com estudos e plantas a serem apresentados à Prefeitura [...]” (Anais do Conselho Municipal, 22 de julho de 1927, pp. 579-580).

Mais adiante, as construções especificadas são detalhadas de modo a sublinhar o caráter urbano desse empreendimento:

- Um estabelecimento balneário adequado contendo suítes para casais e hóspedes solteiros, hotel, salão de música, biblioteca, barbearia, charutaria, café e bar, papelaria, compartimento para telégrafo e correio, consultório médico, farmácia, enfermaria, sala de tratamentos hidroterápicos e termais, piscina e todas as comodidades inerentes a um estabelecimento dessa natureza, conforme a planta correspondente.
- Casas rústicas e de estilo campestre ladeando avenidas, construídas dentro dos terrenos da Vila Balneária, destinadas ao aluguel; com uma escola pública (sob jurisdição da Prefeitura), uma delegacia e um edifício para os serviços de correio, telégrafo e saúde pública — todos isentos de aluguel ou impostos, conforme indicado nas respectivas plantas.
- Equipamentos modernos e plenamente seguros para banhos de mar em mar aberto, a serem instalados pelos concessionários em zona delimitada, segundo projetos aprovados.
- Vias de circulação, parques de diversões e jardins paisagísticos (Ibid.).

Em 20 de agosto de 1935, foi apresentado o Projeto nº 118, visando legalizar “residências ocupadas pelos próprios proprietários construídas nas zonas suburbanas e rurais”, desde que o proprietário apresentasse requerimento “no prazo de 90 dias, anexando croquis da edificação e do terreno, juntamente com recibos de impostos territoriais ou prediais, mediante pagamento de uma taxa de licença de 30\$000 réis” (Anais do Conselho Municipal, 20 de agosto de 1935, pp. 349-350).

Durante esse período — as décadas de 1920 e 1930 —, a zona rural permaneceu como uma espécie de fronteira agrícola. Mas não exclusivamente. Mesmo então, a região já era concebida como capaz de acolher outros tipos de empreendimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação de políticas de saneamento rural surge no horizonte como proposta de solução para as condições insalubres predominantes na região. Nesse momento, o saneamento e a criação de um

“cinturão verde” passaram a ser estrategicamente vinculados, na medida em que um componente reforçava o outro. Então, o Cinturão Verde — visto quase como sinônimo da Zona Rural — tornou-se alvo de outro objetivo: atender à demanda alimentar, particularmente por hortaliças, da população urbana do então Distrito Federal.

Essa demanda oferecia mais uma razão para convencer as autoridades públicas da necessidade de preservar o campo. Iniciativas em curso desde os anos 1920 pareciam atestar que essa noção estava bem estabelecida: os governos federal e municipal realizavam grandes melhorias na região, apontando para uma política voltada ao fomento do cinturão verde da cidade. Podemos destacar a criação de escolas rurais, a inauguração da Fazenda Modelo de Guaratiba e as isenções fiscais para pequenos agricultores. O próprio propósito das obras de saneamento das baixadas de Sepetiba e Jacarepaguá nos anos 1930 era conquistar terras insalubres para a lavoura.

Entretanto, o distrito Rural também foi pensado para finalidades não agrícolas. No caso do Rio de Janeiro, os planos para o uso agrícola da região sempre caminharam lado a lado com planos que reservavam a expansão de atividades urbanas para essa mesma região. Mais uma vez, as obras de saneamento do governo federal constituíram exemplo emblemático: a terra conquistada para a agricultura era também excelente para loteamentos urbanos.

Essa expansão urbana colocaria em risco a própria existência do campo da cidade. Tal expansão poderia ser sustentada pela grilagem de terras, contribuindo, entre outras coisas, para a expulsão de famílias de pequenos agricultores de suas terras. Esse processo mostrou que, embora fosse necessário promover a agricultura para abastecer o Distrito Federal, também era necessário estabelecer uma política que garantisse a posse da terra a seus pequenos meeiros.

As décadas de 1940 e 1950 mostraram que as políticas agrícolas não eram suficientes. Para garantir a preservação do cinturão verde do Rio (então já chamado de Sertão Carioca), era necessário deter a grilagem e o roubo de terras. Era preciso uma “política fundiária” para assegurar uma política agrícola. Essa, contudo, é uma história a ser contada em outra ocasião.

REFERÊNCIAS

A Lavoura, Janeiro de 1910.

BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares*. Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CAVALCANTI, Amaro. *Pronunciamentos à população do Rio de Janeiro e anotações do Prefeito Amaro Cavalcanti acerca das medidas frente à carestia e carência de gêneros alimentícios*. Coleção Amaro Cavalcanti, Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, 1917.

FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. “Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil séculos XIX e XX”, In: *Portuguese Studies Review*, Trent-Canadá, v. 10, n. 1, 2002.

FROES, Jose Nazareth de Souza; GELABERT, Odalea Ranauro Enseñat. *Rumo ao Campo Grande, por trilhas e caminhos*. Rio de Janeiro: s/ed., 2004.

Gazeta Suburbana, 12 de Julho de 1919.

Gazeta Suburbana, 24 de Janeiro de 1920.

LINHARES, Maria Yedda L. & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Região e História Agrária”, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

LINHARES, Maria Yedda Leite e TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Coleção Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Linhares e CARLOS, Francisco. *História política do abastecimento (1918-1974)*.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Migração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOTTA, Marly Silva de. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1992.

OLIVEIRA, Alfredo César T. de. *O Governo do Marechal Hermes e as Vilas Proletárias*. Projeto de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2004.

OLIVEIRA, Luciana da Cunha. *A fiação de um bairro: a Fábrica Bangu e o seu projeto social (1930-1945)*. Niterói, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. *Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, PUR/ UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

PINTO, Surama Conde Sá. O prefeito da varinha de condão: A engenharia política de Paulo de Frontin na Prefeitura do Distrito Federal-1919. *Revista do Mestrado em História da Universidade Severino Sombra*, Vassouras, v. 10, 2008.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “‘Por que você veio encher o pandulho aqui?’ Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha”, In: *Revista Análise Social*, v. XXIX, 1994.

RIO DE JANEIRO. *Annaes do Conselho Municipal*, 1909-1935.

SAMPAIO, Carlos. “Dados sobre a cidade do Rio de Janeiro e condições financeiras da municipalidade coligidos pela seção de estatística em abril de 1921”, Coleção Carlos Sampaio, IHGB, 1921.